



NOVO GOVERNO / Reformulação do mapa dos ministérios deve ser definida na semana que vem pelo presidente eleito Lula, a partir de propostas elaboradas pelos grupos temáticos do gabinete provisório. Número de pastas pode chegar a 34

Redesenho da Esplanada na mesa da transição

» VINICIUS DORIA

Os grupos temáticos do governo de transição apresentaram, ao longo desta semana, os relatórios preliminares com o diagnóstico da situação de suas respectivas áreas. Simultaneamente, prepararam propostas para o redesenho da Esplanada dos Ministérios, que deverá ressuscitar pastas e ganhar novas, a partir da posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em janeiro.

Algumas mudanças estão praticamente definidas, como a cisão do superministério da Economia em três: Fazenda; Planejamento e Orçamento; e Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Outra pasta que teve a divisão aprovada pelo grupo temático é a da Agricultura, que deverá perder o comando das políticas públicas voltadas para a produção familiar.

O novo mapa da Esplanada começará a ser definido na semana que vem, pelo presidente eleito, segundo informou o coordenador dos grupos técnicos da transição, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Atualmente, o governo de Jair Bolsonaro tem 23 ministérios e secretarias com status ministerial, número que pode passar de 31 — quantidade de grupos temáticos montados pelo governo de transição e base para esse redesenho administrativo, de acordo com projeção do vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, coordenador geral do gabinete provisório.

Se as propostas de cisão e criação de pastas feitas até agora forem aprovadas por Lula, a Esplanada contaria com 33 ministérios — podendo chegar a 34, caso a divisão do Ministério da Justiça e Segurança Pública seja aceita.

Segundo Mercadante, a coordenação dos grupos apresentará a Lula uma proposta integrada de reestruturação ministerial, a pedido do próprio presidente eleito, que está em Brasília negociando, pessoalmente, além da aprovação da PEC da Transição, os nomes que vão ocupar os cargos de primeiro escalão do Poder Executivo.

“Na semana que vem, devemos apresentar uma proposta ao presidente, e isso incide sobre a

Lula promete trabalhar por financiamento dos sindicatos, sem volta de imposto

Evaristo Sa/AFP



Em reunião com representantes de 22 centrais sindicais no CCBF, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu a negociar com o Congresso o financiamento das entidades, sem, contudo, o retorno do imposto sindical. O encontro foi fechado à imprensa, mas a assessoria do petista emitiu uma nota: “O presidente eleito disse que recriará a mesa de negociação, de trabalho

e conselhos, além de trabalhar junto ao Congresso para a aprovação de artigo na legislação sobre o financiamento dos sindicatos, sem retorno do imposto sindical”. Mais cedo, o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, que participou da reunião com Lula, disse que as centrais sindicais não desejam revogar a reforma trabalhista e tampouco retomar o imposto sindical.

ainda é motivo de divergência.

“Chegamos a um entendimento com o GT de Agricultura para criação do novo ministério, não há mais divergência”, declarou o parlamentar, no CCBF. “O tema da Conab ficou em aberto. Nós defendemos que venha para o novo ministério.”

A senadora Kátia Abreu (PP-TO), que foi ministra da Agricultura no governo Dilma Rousseff, vinha se posicionando contra a divisão. “Com relação às políticas públicas da agricultura, não acho que devemos ter dois ministérios. Acho que o grande foco do Ministério da Agricultura é manter esse agroexportador de sucesso, mas, também, ter um olhar constante, forte, atento à produção interna do país, que é feita pelos proñafianos (beneficiários do Pronaf — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)”, ressaltou, no início da semana.

Além da Fazenda e da Agricultura, há outros ministérios importantes que devem ser divididos. O grupo temático de Trabalho e Previdência defende a separação: assuntos relacionados à Previdência Social seriam tratados por um ministério próprio, enquanto trabalho e emprego constariam do escopo do ministério remanescente, como era antes da posse de Bolsonaro. O grupo de Mulheres é a favor da criação de uma estrutura própria, fora da pasta de Direitos humanos.

O atual Ministério de Desenvolvimento Regional deverá perder um naco de poder para o futuro Ministério das Cidades. Apesar de não confirmar a mudança, Mercadante se mostrou favorável à medida. “Na nossa visão, faz todo sentido ter pastas de Desenvolvimento Regional e Cidades, não vai aumentar custos, vai desenhar o que é prioridade”, declarou.

Também há indefinições, que serão resolvidas diretamente pelo presidente eleito, como é o caso do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O coordenador desse grupo temático no gabinete provisório e nome mais cotado para assumir o cargo, senador eleito Flávio Dino (PSB-MA), é contra a divisão da pasta em duas. Mas há membros do grupo que defendem a cisão.

montagem dos ministérios, porque você vai escolher os ministérios dentro de uma estrutura predefinida. Por isso, o presidente pediu prioridade”, disse Mercadante, no CCBF, sede do governo de transição. “Ele vai bater o martelo e, depois, a gente anuncia, ou ele anuncia, vamos combinar com ele.”

No caso do Ministério da Economia, hoje comandado por Paulo Guedes — chamado por Bolsonaro de Posto Ipiranga, aquele que resolve tudo —, Mercadante criticou a hipertrofia inicial da pasta. “Você cria um único ministério que não tem política industrial, que não tem política de planejamento, que não tem política orçamentária e tem um ministro sufocado com todas essas demandas”, frisou.

A divisão ajudaria, no entender

de Mercadante, a diluir essa pressão. “Temos de reindustrializar este país, tem que ter um ministério que foque na nova indústria, na transição energética, na transição digital da indústria. Como é que não vai ter o Ministério da Indústria e do Comércio Exterior?”, questionou.

No grupo temático da agricultura, prevaleceu o lobby da ala mais ligada aos partidos de esquerda. O deputado federal Pedro Uczai (PT-SC) anunciou, ontem, o acordo interno para encaminhar a proposta de criação do Ministério da Agricultura Familiar e Alimentos Saudável, que deverá incorporar a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), cuja migração

Reformulação à vista

Veja quais são os ministérios do governo Bolsonaro que devem ser divididos na gestão Lula

Ministérios atuais	Propostas da transição
Economia	Fazenda; Planejamento e Orçamento; Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Ministério da Agricultura	Agricultura; Agricultura Familiar e Alimento Saudável; Pesca
Trabalho e Previdência	Trabalho e Emprego; Previdência Social
Mulheres, Família e Direitos Humanos	Desenvolvimento Social; Direitos Humanos; Mulheres e Família
Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento Regional; Cidades
Justiça e Segurança Pública	Justiça; Segurança Pública
Turismo	Turismo; Cultura
	Novo ministério: Povos Originários

Obs.: não há mudanças previstas para os outros 16 ministérios

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Como apartar os militares da política?

Ex-ministro da Defesa e da Segurança Pública, ex-relator na Câmara do projeto de Política Nacional de Defesa, Raul Jungmann sempre se queixou do fato de que nem o Congresso nem a chamada sociedade civil deram muita importância à questão militar. Esse assunto era tratado pelos políticos como resolvido, até o então comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, escalar o seu ativismo no Twitter e pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a negar o pedido de habeas corpus ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi impedido de disputar as eleições de 2018, para as quais era o franco favorito.

O resultado foram quatro anos

de “pesadelo”, como definiu o compositor Chico Buarque de Holanda, no seu show de terça-feira passada, em Brasília. Desde que a eleição do presidente Jair Bolsonaro trouxe os militares de volta ao poder, o fantasma do golpe de Estado, e não do comunismo, passou a rondar a Praça dos Três Poderes. Derrotado nas urnas, Bolsonaro não reconhece a vitória de Lula e estimula protestos de extrema direita à porta dos quartéis; constrange os comandantes militares, que sabem de seu dever de defender a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas e respeitar a Constituição.

Assim, a escolha de um civil para o Ministério da Defesa passou a

ser uma questão chave para o relacionamento entre Lula e os militares, cujos comandantes ainda devem obediência a Bolsonaro e ensaiam uma desfeita ao presidente eleito, passando o cargo para seus sucessores antes da posse do novo comandante Supremo das Forças Armadas. Caso isso ocorra, pode ser que os novos comandantes sejam os generais mais antigos de cada Força, mas pode ser também que Bolsonaro resolva nomear gente de sua confiança, com propósitos que ainda não são claros, porque isso tanto pode ser uma pirraça infantil como uma tentativa de impedir a posse do novo presidente da República.

O mais provável, caso os atuais comandantes se demitam, é que seja a primeira hipótese, porque a segunda estaria fadada ao fracasso. Mesmo com toda a agitação existente nos quartéis, estimulada por Bolsonaro, com o apoio dos “patriotas”

bolsonaristas que protestam sob sol e chuva há mais de 30 dias. Intervenção militar, fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF), prisão do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, e do presidente eleito são insanidades, que não têm a adesão das Forças Armadas como instituição.

O outro lado da moeda é a mobilização para a posse do presidente Lula, que promete ser uma grande festa popular e tem amplo apoio internacional. O presidente norte-americano, Joe Biden, acompanha pessoalmente o que ocorre no Brasil. Outro observador atento é o presidente francês, Emmanuel Macron, um defasado pessoal de Bolsonaro, que fez comentários desprezíveis sobre a primeira-dama francesa, Brigitte Macron, de 69 anos, por ser 24 anos mais velha que o marido.

Estados Unidos e França são potências democráticas do

Ocidente, com interesses estratégicos na Amazônia. Ambos os chefes de Estado apostaram na derrota de Bolsonaro, que tem ligações políticas com a extrema direita norte-americana e francesa.

Caminho suave

Mas como apartar os militares da política? A opção de Lula foi o caminho suave, ao escolher o ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Múcio Monteiro, um político do PTB, egresso do PDS, para novo ministro da Defesa. Boa praça, nos seus cinco mandatos na Câmara manteve excelentes relações com a imprensa. Zé Múcio é um encantador de serpentes, capaz de seduzir qualquer interlocutor com seu bom humor e espírito conciliador. Engana-se, porém, quem pensa que seu sorriso não morde. Que o diga a ex-presidente Dilma Rousseff, cujas contas foram

desaprovadas em seu relatório, por causa das “pedaladas fiscais”.

Na transição de governo, o único setor que não contou com um grupo de trabalho foi a Defesa, mas nem por isso o novo ministro deixará de ter subsídios. Economista, doutor em relações internacionais pela Universidade de Oxford (Reino Unido) e servidor federal, Rodrigo Fracalossi de Moraes, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fez um diagnóstico preciso da situação da Defesa, com muitas sugestões práticas. A reforma da pasta teria dois objetivos: primeiro, o aumento da efetividade e da eficiência, aprimorando a conduta operacional das Forças Armadas; a formação militar; e a gestão técnica e administrativa; segundo, garantir padrões elevados de *accountability* e integridade institucional, com um sistema de governança compatível com as instituições democráticas, o Estado de direito e o respeito aos direitos humanos.